

Revista

PETROS e VOCÊ

EDIÇÃO ESPECIAL

Outubro/2017



Equacionamento do déficit do PPSP

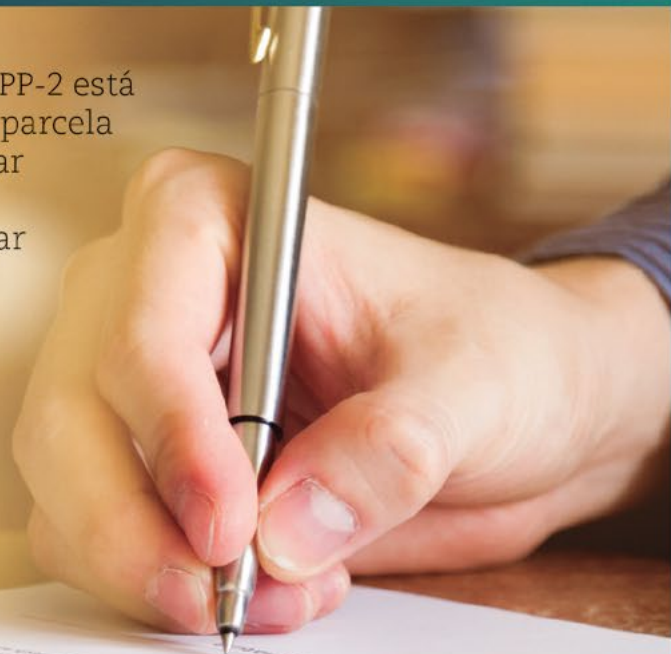
Plano aprovado pelo Conselho Deliberativo prevê o equacionamento do déficit total acumulado até 2015. Veja como serão as contribuições extras e as medidas da atual diretoria para aprimorar a governança da Petros

RECADASTRAMENTO 2017

A gente precisa conhecer o seu presente
para cuidar do seu futuro

O recadastramento dos participantes do PPSP e PP-2 está na reta final, e identificamos que uma pequena parcela dos participantes teve dificuldades para atualizar seus dados usando a internet. Por isso, aqueles aposentados que não conseguiram se recadastrar pelo Portal Petros – www.petros.com.br – vão receber em casa um kit para fazer o recadastramento em formulário de papel.

Seja no meio impresso ou digital, o importante para nós é que todos estejam com seus dados atualizados, porque informação correta também é um patrimônio.



Participe

Se você receber o formulário impresso, preencha e devolva à Petros até o dia 15/12/2017

Central de Relacionamento 0800 025 3545



Caro Participante,

A Petros está vivendo um dos maiores desafios de sua história, que é a necessidade de colocar em prática o plano de equacionamento do déficit do Plano Petros do Sistema Petrobras, o PPSP, também conhecido como PP-1. É um momento difícil, porque o equacionamento vai afetar diretamente a renda dos participantes, mas que precisa ser enfrentado para garantir a continuidade do plano no longo prazo e o pagamento de todos os benefícios devidos, face ao déficit acumulado pelo plano.

Esta edição da “Revista Petros e Você” é dedicada especialmente ao tema, para explicar as razões do equacionamento, porque ele é necessário e também para mostrar o que a atual diretoria está fazendo para melhorar a administração da Petros como um todo e a gestão do PPSP, em particular. Ela complementa um grande trabalho já realizado no Portal Petros, com a criação de um ambiente especial com todas as informações sobre o equacionamento, incluindo uma ferramenta que permite simular o valor das contribuições extras para o equacionamento, seguindo a política de transparência e governança que marcam a atual gestão da Petros. Para saber mais, acesse www.petros.com.br.

Índice

4

Entenda o equacionamento

8

Quanto terei que pagar?

11

Reforço na informação e no atendimento ao participante

13

Medidas adotadas pela atual Diretoria Executiva

PETROS e VOCÊ

CONSELHO DELIBERATIVO

Titulares

Afonso Celso Granato Lopes (Presidente)
Braulio Licy Gomes de Mello
José Roberto Esposito
Epaminondas de Souza Mendes
Paulo César Chamadoiro Martin
Ronaldo Tedesco Vilar do

Suplentes

Luiz Carlos da Silva Leão
Marco Aurélio da Cunha Monteiro Viana
Leonardo de Almeida Matos Moraes
Luiz Carlos Xerxenesky
Norton Cardoso Almeida
Marcos André dos Santos

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente

Walter Mendes

Diretores

Daniel Lima
Flavio Castro
Henrique Trinckquel

Gerente Executiva de Comunicação e

Relações Institucionais

Maria Teresa Carneiro

Gerente de Comunicação

Nice de Paula

Gerente de Relações Institucionais

Anna Catharina Siqueira

Editora

Nice de Paula (MTb 17665)

Redação

Andrea Freitas, Antonia Moraes
e Sâmara Ibañez

Arte e diagramação

Diego Arada e Luiz César Cabral

Redação

Rua do Ouvidor, 98 - Centro
Rio de Janeiro, RJ - CEP 20040-030
Tel: 21 2506-0335
E-mail: comunicacao@petros.com.br

Impressão

Log & Print Gráfica e Logística Ltda.

Tiragem

59 mil exemplares

CENTRAL DE ATENDIMENTO

0800 025 3545

OUVIDORIA

(21) 2506-0699

CANAL DE DENÚNCIA

0800 377 8035

www.petros.com.br

PORTAL PETROS/FALE CONOSCO



FUNDAÇÃO PETROBRAS
DE SEGURIDADE SOCIAL – PETROS

ENTENDA O EQUACIONAMENTO

No dia 12 de setembro de 2017, o Conselho Deliberativo (CD) da Petros, formado por representantes dos participantes e da patrocinadora Petrobras, aprovou a proposta de equacionar o valor total do déficit acumulado em 2015 pelo Plano Petros do Sistema Petrobras (PPSP), para evitar a necessidade de equacionamentos sucessivos, conforme previa o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), aprovado pelo CD e sancionado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).

Todos os participantes — ativos, aposentados e pensionistas — e as patrocinadoras — Petrobras, BR e Petros — devem contribuir para o equacionamento na mesma proporção das contribuições normais feitas, entre 2013 e 2015, período do déficit.

Antes de entrar em vigor, a proposta de equacionamento será analisada pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest). A

previsão é que a cobrança das contribuições extras comece a ser feita até o fim deste ano.

É importante ressaltar que o déficit do PPSP, plano de benefício definido, não tem qualquer influência sobre o PP-2, nem sobre qualquer outro plano administrado pela Petros. Ou seja, os planos que estão com as contas equilibradas não têm que fazer equacionamento.

Um equacionamento pode se tornar necessário quando um plano registra déficit. O déficit acontece quando a soma de todos os investimentos, mais os recursos que o plano tem a receber, fica menor do que os pagamentos que o plano vai precisar fazer até o último benefício previsto. Ou seja, quando há um descasamento entre patrimônio (ativo) e os chamados compromissos futuros (passivo). Déficit não significa prejuízo, mas desequilíbrio nas contas. Quando o déficit de um plano supera o chamado limite técnico, isto é, seu valor

DÉFICIT VEM DESDE 2013

O PPSP vinha registrando sucessivos resultados positivos até 2012, ano em que apresentou superávit acumulado de R\$ 3 bilhões. A partir daí, houve déficits. Em 2015, o montante do déficit acumulado ultrapassou o limite de tolerância permitido pela legislação, tornando o equacionamento obrigatório.

2013: o plano fechou o ano com resultado negativo de R\$ 5,4 bilhões e déficit acumulado de R\$ 2,4 bilhões. Entre as causas deste resultado, estava a atualização da tábua de mortalidade, que indica a expectativa de vida dos participantes, e respondeu pelo impacto negativo de R\$ 1,1 bilhão.

2014: o déficit acumulado passou a R\$ 6,2 bilhões, com resultado negativo de R\$ 3,8 bilhões no ano. O acordo de níveis – reajuste dos benefícios de aposentados e pensionistas do PPSP referente aos anos de 2004, 2005 e 2006, estabelecido em Acordo Coletivo de Trabalho da Petrobras – foi individualmente a principal causa, com impacto de R\$ 3 bilhões. As provisões para ações judiciais responderam por R\$ 648,8 milhões do resultado negativo.

2015: o déficit acumulado chegou a R\$ 22,6 bilhões e, no ano, ficou em R\$ 16,4 bilhões. Desse total, R\$ 8,6 bilhões correspondem à atualização do perfil familiar e à retirada do teto operacional de 90%, que são questões estruturais. O restante foi consequência da falta de rentabilidade dos investimentos.

ultrapassa um determinado montante – que varia de plano para plano – torna-se obrigatório pela legislação fazer um equacionamento para reequilibrar as contas e garantir a continuidade do plano.

No caso específico do PPSP, este limite técnico era de R\$ 6,603 bilhões. Em 2015, o déficit acumulado chegou a R\$ 22,6 bilhões, portanto acima do limite técnico.

VALOR DO EQUACIONAMENTO

Para eliminar o déficit e reduzir a possibilidade de novos equacionamentos nos anos subsequentes, o CD aprovou o equacionamento do valor total acumulado no PPSP até 2015, que foi de R\$ 22,6 bilhões. Esse valor foi atualizado para a data estimada de implementação do plano de equacionamento (final de 2017), com base na meta atuarial (inflação + taxa de juros). Com isso, o total a ser equacionado será de R\$ 27,7 bilhões, a ser dividido entre as patrocina-

doras e os participantes ativos e assistidos do PPSP, tal como determina a legislação.

É bom lembrar que a lei proíbe as empresas públicas de arcarem com valor superior àquele pago pelos participantes. Neste caso, todas as contribuições devem ser paritárias, ou seja, é obrigatório que haja contrapartida por parte dos participantes.

Assim, do total a ser equacionado, as patrocinadoras são responsáveis por 49,45%, o equivalente a R\$ 13,7 bilhões; os participantes ativos, por 22,75% (R\$ 6,3 bilhões), e os assistidos (aposentados e pensionistas) respondem por 27,8%, ou R\$ 7,7 bilhões. O percentual das patrocinadoras só não chega aos 50% exatos, em função da existência de participantes autopatrocinados, aqueles que se desligaram da empresa, mas continuaram no plano contribuindo sozinhos com a sua parte e a que seria paga pela empresa patrocinadora do plano e outros casos semelhantes.

Já a divisão entre participantes ativos e assistidos (aposentados e pensionistas) segue a proporção dos compromissos do plano com cada um desses grupos. Como o PPSP é um plano maduro, que já tem mais aposentados e pensionistas do que participantes ativos, os assistidos são mais numerosos e, portanto, têm maior participação no equacionamento, seguindo a proporção de sua reserva matemática, ou seja, os compromissos do plano com este grupo de participantes.

CAUSAS DO DÉFICIT

O PPSP é um plano de benefício definido (BD). Isso significa que o valor do benefício que será recebido anos depois, a partir da aposentadoria, é determinado no momento da adesão, antes mesmo do início das contribuições. E esse compromisso precisará ser honrado, independentemente das mudanças que venham a ocorrer no futuro.

Do momento da adesão até o pagamento dos benefícios, muitas mudanças acontecem, não ape-

nas no cenário econômico do país e do mundo, mas também no perfil e na vida dos próprios participantes e dos seus dependentes. Além disso, mudanças eventuais nas características do próprio benefício, caso sua forma de cálculo ou valor real a ser pago em folha seja alterado de qualquer forma (ajustamento de regra ou força judicial, por exemplo), podem provocar elevação de custo. Por isso, o plano de benefício definido precisa de contribuições variáveis ao longo do tempo para permitir que o patrimônio acompanhe as oscilações dos compromissos futuros (passivo) e o plano mantenha seu equilíbrio financeiro, ou seja, a capacidade de honrar com o pagamento de todos os benefícios previstos.

A experiência mostrou que essa característica de benefício definido deixa o plano exposto a riscos de desequilíbrios financeiros e fez com que os planos dessa modalidade parassem de ser adotados não só pela Petros, mas pelo mercado de previdência complementar como um todo. Por isso, o PPSP está fechado para novas adesões desde 2002.

Por que ocorre déficit?

Porque há um descasamento entre:

Patrimônio do plano

Investimentos do plano
+
Recursos a receber

Compromissos futuros

Pagamentos de benefícios
no longo prazo
+
Ajustes estruturais
+
Ações judiciais

FATORES CONJUNTURAIS E ESTRUTURAIS

Os fatores responsáveis por desequilíbrios podem ser estruturais ou conjunturais. Os estruturais são mudanças que afetam diretamente o cálculo do benefício e, conseqüentemente, as obrigações do plano. Já os conjunturais decorrem principalmente de alterações na economia, que impactam o resultado do plano. Mudanças que ocorrem ao longo do tempo no perfil familiar, na longevidade dos participantes e nas variações dos salários que servem de base para cálculo dos benefícios são exemplos de questões estruturais que podem aumentar o custo e gerar desequilíbrios no plano.

No caso do PPSP, as questões estruturais reconhecidas entre 2013 e 2015 foram responsáveis por cerca de 40% do déficit acumulado neste período. Em 2015, foram reconhecidos passivos estruturais que vinham se acumulando há alguns anos e que tiveram grande impacto no plano, como as mudanças no perfil das famílias dos participantes e a retirada do teto operacional de 90%. Somente estes dois ajustes aumentaram os compromissos futuros do plano em R\$ 8,6 bilhões, respondendo pela maior parte da

composição estrutural do déficit.

Os outros cerca de 60% do déficit resultaram dos investimentos que não rentabilizaram o suficiente para fazer frente aos compromissos do plano. Embora os ativos tenham apresentado resultado líquido positivo de R\$ 1,1 bilhão entre 2013 e 2015, este valor ficou abaixo dos R\$ 14,3 bilhões necessários para cumprir a meta atuarial do período. Esse resultado líquido reflete a soma de diversos problemas que afetaram a rentabilidade dos ativos do plano. O mais relevante foi a conjuntura econômica desfavorável em 2014 e, principalmente em 2015, quando a disparada da inflação, no momento em que a atividade econômica iniciava uma forte recessão, causou resultado negativo nos investimentos.

Como a carteira de ativos do PPSP havia sofrido uma diversificação nos anos anteriores, com redução de títulos públicos e aumento de ativos de maior risco, dada a provável suposição de que a queda da taxa de juros real seria sustentável no longo prazo, a recessão atingiu o retorno da carteira do plano de forma particularmente intensa.

Causas do déficit



Conjuntura econômica desfavorável



Atualização do perfil familiar



Pagamento do acordo de níveis



Retirada do teto operacional de 90%



QUANTO TEREI QUE PAGAR?

As contribuições extras para o equacionamento seguem a mesma metodologia já adotada pela Petros para as contribuições normais, ou seja, alíquotas escalonadas de acordo com as faixas salariais — modelo similar ao utilizado para calcular o Imposto de Renda.

É como se o salário de contribuição ou benefício da pessoa fosse dividido em três partes e sobre cada uma delas incidisse um percentual de desconto. Essas partes são divididas de acordo com o teto de contribuição do INSS, que em 2017 é de R\$ 5.531,31.

Assim, a parte da renda que vai até metade do teto do INSS (R\$ 2.765,66) sofre incidência de uma alíquota, aquela que fica entre R\$ 2.765,67 e R\$ 5.531,31

tem outra alíquota, e sobre a parte da renda que supera o teto do INSS há um terceiro percentual. A contribuição extra será o resultado da soma destes três descontos.

APOSENTADOS E PENSIONISTAS

Para os aposentados e pensionistas, a menor alíquota de contribuição extra para o equacionamento será de 4,53% e incidirá sobre benefícios Petros de até R\$ 2.765,66, correspondente à metade do teto de contribuição do INSS. Quem ganha acima deste valor, pagará 4,53% sobre essa parte do benefício Petros e 9,39% sobre a fatia do benefício Petros que vai de R\$ 2.765,67 a R\$ 5.531,31 (teto do INSS).

FAIXA DO BENEFÍCIO PETROS	APOSENTADOS E PENSIONISTAS	
	Alíquota	Parcela a deduzir
Até R\$ 2.765,66 (1/2 teto do INSS)	4,53%	—
R\$ 2.765,67 a R\$ 5.531,31 (De ½ a 1 teto do INSS)	9,39%	R\$ 134,41
A partir de R\$ 5.531,32 (Acima de 1 teto do INSS)	34,44%	R\$ 1.520,00

Aplique a alíquota correspondente ao valor do seu benefício. Abata a parcela a deduzir. O resultado será a contribuição extra.

Pré-70: um grupo com condição diferenciada

Os únicos participantes do PPSP que não vão precisar contribuir para o equacionamento são os pré-70, participantes mais antigos e, em sua maioria, idosos. São participantes que foram admitidos pela Petrobras antes de 1 de julho de 1970, permaneciam vinculados à empresa, como ativo ou aposentado, em 1 de janeiro de

1996 e assim continuam até hoje. Os pré-70 e seus pensionistas não pagarão a contribuição extra, porque a patrocinadora se responsabiliza anualmente por eventuais desequilíbrios nos compromissos deste grupo, seguindo regras específicas que regem a relação destes participantes com o plano de previdência.

Para quem recebe mais que o teto do INSS, o processo de cobrança é igual: a primeira fatia do benefício Petros paga 4,53%, a segunda paga 9,39% e apenas na parte do benefício Petros que passa de R\$ 5.531,31 a taxa será de 34,44%.

A contribuição extra é a soma desses descontos. Isso significa que ninguém pagará a alíquota máxima, de 34,44%, mas o resultado da combinação das três alíquotas. Um benefício Petros de R\$ 10 mil, por exemplo, apesar de estar na alíquota de 34,44%, terá contribuição extra de R\$ 1.924 ou 19%.

A contribuição extra das pensionistas segue as

mesmas alíquotas válidas para os aposentados. A única diferença é que pensionistas não pagam a contribuição normal, então, terão apenas a contribuição extra.

As pensionistas repactuadas têm uma parcela do seu benefício Petros custeada pelo Termo de Compromisso Financeiro (TCF) e sobre essa parcela não incidirá contribuição extra, em função das regras estabelecidas na época da repactuação. O valor dessa parcela, que será arcada pela Petrobras como prevê o TCF, varia de pessoa para pessoa. Se você faz parte deste grupo, consulte sua contribuição extra pelo simulador, no portal www.petros.com.br.

SIMULAÇÃO – PARTICIPANTES APOSENTADOS			
Benefício Petros	R\$ 5.000,00	R\$ 9.000,00	R\$ 15.000,00
Contribuição normal	R\$ 144,92	R\$ 683,33	R\$ 1.577,33
Contribuição extra equacionamento	R\$ 335,09	R\$ 1.579,60	R\$ 3.646,00
Percentual de contribuição extra	6,70%	17,55%	24,30%
Total de contribuição	R\$ 480,01	R\$ 2.262,92	R\$ 5.223,32

SIMULAÇÃO – PENSIONISTAS			
Benefício Petros	R\$ 2.000,00	R\$ 3.000,00	R\$ 4.000,00
Contribuição normal	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Contribuição extra equacionamento	R\$ 90,60	R\$ 147,29	R\$ 241,19
Percentual de contribuição extra	4,53%	4,90%	6,02%
Total de contribuição	R\$ 90,60	R\$ 147,29	R\$ 241,19

PARTICIPANTES ATIVOS

A menor alíquota de contribuição extraordinária para os participantes ativos será de 3,20% e incidirá sobre salários de contribuição de até R\$ 2.765,66, correspondente à metade do teto de contribuição do INSS.

Quem ganha acima deste valor pagará 3,20% sobre essa parte do salário de contribuição e mais 6,63% sobre a fatia do salário de contribuição que vai de R\$ 2.765,67 a R\$ 5.531,31 (teto do INSS).

Para quem ganha mais que o teto do INSS, o processo de cálculo é igual: a primeira fatia do salário de contribuição paga 3,20%, a segunda paga 6,63% e apenas na parte do salário de contribuição que passa de R\$ 5.531,31 é que a taxa será de 24,34%.

A contribuição extra será a soma dos descontos que incidem sobre cada fatia do salário. Isso significa que ninguém pagará a alíquota máxima de 24,34% sobre o total do seu salário de contribuição, mas sim o resultado da combinação das três alíquotas.

Num salário de contribuição de R\$ 10 mil, por exemplo, a contribuição será R\$ 1.359,54 ou 13,59%.

É bom lembrar que no caso dos autopatrocinados – participantes que se desligaram da empresa e passaram a pagar as parcelas do plano sozinhos – as alíquotas também são as mesmas dos participantes ativos, mas, após fazer o cálculo, é preciso dobrar o valor da contribuição, porque este participante é seu próprio patrocinador. O mesmo acontece com quem autopatrocina apenas parte do salário de contribuição.

OPTANTES PELO BPO / BPD

Para quem aderiu ao Benefício Proporcional Opcional (BPO) ou saiu do plano e optou pelo Benefício Proporcional Diferido (BPD), as alíquotas de contribuição extraordinária também são as mesmas dos ativos. Como não há contribuição normal para estes participantes, eles pagarão somente a contribuição extraordinária. Esta incidirá sobre o benefício futuro Petros, que é o benefício proporcional já calculado pela Petros e atualizado anualmente até o momento da aposentadoria.

FAIXA SALARIAL	ATIVOS	
	Alíquota	Parcela a deduzir
Até R\$ 2.765,66 (1/2 teto do INSS)	3,20%	–
R\$ 2.765,67 a R\$ 5.531,31 (De ½ a 1 teto do INSS)	6,63%	R\$ 94,86
A partir de R\$ 5.531,32 (Acima de 1 teto do INSS)	24,34%	R\$ 1.074,46

Aplique a alíquota correspondente ao valor do seu benefício. Abata a parcela a deduzir. O resultado será a contribuição extra.

SIMULAÇÃO – PARTICIPANTES ATIVOS			
Salário de contribuição	R\$ 5.000,00	R\$ 9.000,00	R\$ 15.000,00
Contribuição normal	R\$ 144,92	R\$ 683,33	R\$ 1.577,33
Contribuição extra equacionamento	R\$ 236,64	R\$ 1.116,14	R\$ 2.576,54
Percentual de contribuição extra	4,73%	12,40%	17,17%
Total de contribuição	R\$ 381,56	R\$ 1.799,47	R\$ 4.153,87

REFORÇO NA INFORMAÇÃO E NO ATENDIMENTO AO PARTICIPANTE

Junto com os estudos técnicos e atuariais capazes de indicar a melhor alternativa para fazer o equacionamento do PPSP, a diretoria da Petros também se preocupou em adotar medidas para garantir aos participantes informações claras e atendimento eficiente para que possam entender o que está acontecendo com seu plano de previdência e o impacto disso sobre suas vidas.

Para isso, antes mesmo da aprovação do plano, foram adotadas várias medidas para reforçar a estrutura de atendimento. Uma delas foi a transferência do atendimento presencial do Rio de Janeiro, da sede, para um novo espaço na Rua do Lavradio, 162, centro do Rio. O objetivo da mudança foi aumentar a capacidade de atendimento e oferecer mais conforto aos participantes. No novo endereço, foi possível aumentar o número de estações de trabalho de cinco para 12, mais que dobrando o número de atendentes. A nova unidade ainda facilita o acesso aos participantes, já que está localizado no térreo do prédio, sem necessidade de uso de elevador ou escada, como acontecia no antigo endereço.

As melhorias não pararam por aí. O atendimento telefônico da Fundação (0800 025 3545) foi reforçado para dar conta do aumento da procura e assegurar que as dúvidas dos participantes sejam respondidas. A equipe de atendentes do Call Cen-



Nova unidade de atendimento na Rua do Lavradio, Centro

Cláudio Hannig

ter também foi ampliada. Esse processo começou antes mesmo da aprovação do equacionamento para dar suporte também à campanha de cadastramento dos participantes do PPSP e PP-2, que começou em julho. O Call Center é hoje o principal canal de atendimento da Petros, responsável por 75% das demandas.

E, para que os participantes recebam informações corretas, as equipes do atendimento e da Ouvidoria passaram por vários treinamentos sobre o processo de equacionamento.

Outro importante instrumento de informação é um hotsite exclusivo sobre o equacionamento, que pode ser acessado por meio do Portal Petros (www.petros.com.br). Nesse ambiente, além de informações detalhadas sobre o equacionamento e o déficit, vídeos e animações explicativas, o destaque é o simulador de contribuições. A ferramenta foi cuidadosamente elaborada pela equipe de técnicos da Petros para

garantir que o participante possa ter acesso imediato ao valor estimado de sua contribuição extra para o equacionamento, antes mesmo que o processo de aprovação do plano de equacionamento seja concluído. Isso permite que as pessoas organizem seu orçamento para a cobrança futura.

Para fazer uma simulação, basta informar a matrícula Petros e a senha para que a ferramenta de simulação importe os dados dos participantes aposentados e pensionistas diretamente da base cadastral da Petros. Já os ativos, como não recebem pela Fundação, precisam digitar o valor de seu salário de contribuição para ter acesso às informações.

Seguindo sua política de transparência, a Diretoria Executiva também apresentou o plano de equacionamento ao vivo, pela internet. Durante a transmissão que durou cerca de 1h30, os participantes puderam enviar suas perguntas, que foram respondidas pela diretoria em tempo real.



Cláudio Hannig

No novo endereço, a Petros aumentou o número de funcionários para atendimento presencial aos participantes

MEDIDAS ADOTADAS PELA ATUAL DIRETORIA EXECUTIVA

Além do equacionamento — importante para o futuro do PPSP —, a Diretoria da Petros vem trabalhando para uma gestão mais eficiente, no sentido de reforçar os controles internos, aumentar a transparência, aprimorar a governança e tornar robusto o processo de decisão de investimentos, com todas as etapas bem definidas e documentadas.

Foram dados importantes passos para aperfeiçoar a governança e os controles, como o aprimoramento da Gestão de Riscos e Conformidade, o desenvolvimento de uma área de Controles Internos. Também foi criado um Programa Corporativo de Integridade, com a criação de um canal de denúncias independente e a reestruturação da Ouvidoria, que passa a ser receptora de denúncias de corrupção, fraudes, conflitos de interesse, nepotismo e assédios.

A área de Risco e Conformidade foi reforçada com a contratação de profissionais experientes do mercado, aquisição de novos softwares e fixação de parâmetros de risco, tanto para investimentos em ações quanto em renda fixa. Todo o processo de investimento está sendo revisto e normatizado, permitindo a documentação adequada de todas as decisões e o controle e a fiscalização por parte das

áreas de risco, conformidade e controles internos.

Outra medida foi a implementação de uma nova política de seleção de conselheiros externos nas empresas investidas, que valoriza a experiência profissional e privilegia a captação de especialistas de mercado. Ainda como parte das medidas para fortalecer a governança, foram criadas dentro da Secretaria Executiva, que é ligada diretamente à Presidência, uma gerência dedicada à governança e outra, à segurança informacional.

Também foi elaborado o primeiro Manual de Alçadas e Competências da Petros, que fixa valores e responsabilidades de cada área, inclusive a de investimentos. Finalmente, a Petros deverá assinar o Código de Governança em Investimentos da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp), assim que estiver em condições de cumprir todas as determinações ali expostas.

A revisão do processo de investimento está sendo feita pela área de planejamento, tomando por base a experiência de três grandes fundos de pensão, de uma grande gestora local ligada a uma instituição financeira e também de uma grande gestora de recursos do Reino Unido. Na medida em que o

Programa de Integridade

O Programa de Integridade recém adotado pela Petros reúne políticas e medidas para proteger a Fundação de práticas ilícitas e irregularidades que possam colocar em risco o patrimônio dos participantes e a imagem da Petros. O programa tem como base princípios e instrumentos que envolvem comportamento ético, governança, controle de riscos e faz parte de uma série de medidas adotadas pela atual gestão para aumentar a transparência e aprimorar a governança.

Uma de suas ferramentas fundamentais é o Canal de Denúncia independente, que permite

que empregados, participantes, fornecedores e demais públicos possam denunciar possíveis irregularidades, com garantia de anonimato e sigilo absolutos. Pode ser acessado pelo telefone 0800 377 8035 ou pela internet (www.canaldedenunciapetros.com.br).

Outro mecanismo importante é o Código de Condutas Éticas, que foi integralmente revisado para indicar os valores, comportamentos e compromissos que devem ser adotados. Também foram criadas políticas específicas e revistos normativos para adaptá-los às melhores práticas de governança.

processo é redesenhado e aprovado, ele vem sendo transformado em normas e políticas, que serão consolidadas em manuais de gestão de cada segmento.

Em busca da rentabilidade adequada, continuam sendo adotadas medidas para tornar o processo de investimento mais robusto. A atual política de investimento proibiu aplicações em Fundos de Investimento em Participações (FIPs), impôs a classificação mínima de “AA-” pelas três maiores agências internacionais para aquisição de ativos de crédito, e foi aprovada pelo Conselho Deliberativo uma política de desinvestimento em imóveis.

A Fundação também desenvolveu um sistema de seleção de gestores externos, baseado majoritariamente em critérios quantitativos, que será controlado por uma área externa à de investimentos.

APURAÇÃO DE DENÚNCIAS

Em relação às denúncias que abrangem investi-

mentos decididos no passado, foram criadas várias Comissões Internas de Apuração para averiguar eventuais irregularidades. Os resultados das apurações internas vêm sendo encaminhados às autoridades competentes, seguindo o procedimento de colaboração adotado pela administração da Petros desde o início das investigações sobre investimentos dos fundos de pensão.

A Fundação também solicitou à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) a abertura de processos investigativos sobre eventual atuação irregular de administradores e gestores de fundos estruturados, a fim de responsabilizar agentes que, no exercício de suas atribuições, possam ter cometido irregularidades, aumentando a exposição do investimento a risco. Há ainda a possibilidade de responsabilização de ex-dirigentes no intuito de buscar ressarcimento e de defender a imagem da instituição. Essa iniciativa já está em andamento com o apoio de escritórios de advocacia contratados especialmente para esse fim.

RECADASTRAR 105 MIL PARTICIPANTES

Na área de Seguridade, a diretoria tem tomado diversas medidas para aumentar a credibilidade dos dados do passivo, entre as quais se destaca o recadastramento dos participantes ativos e aposentados dos planos Petros do Sistema Petrobras (PPSP) e Petros-2 (PP-2). Além de importante para os cálculos atuariais da Petros, o recadastramento é essencial para garantir um atendimento ágil e eficaz aos participantes e seus dependentes. Mas é também um imenso desafio, haja vista o universo de mais de 105 mil participantes que precisam atualizar seus dados.

Desde julho, a Petros vem realizando uma grande campanha de comunicação sobre o recadastramento, que tem apoio das patrocinadoras, sindicatos e associações, e já mostra resultados bastante positivos: quase 90% dos aposentados atualizaram seus dados e, entre os ativos, a taxa passa de 75%.

Mas a meta é chegar o mais próximo possível de 100% de adesão. E como é a primeira vez que a Petros faz um recadastramento totalmente digital, com acesso apenas pelo Portal Petros, depois de encerrado o prazo, a diretoria decidiu iniciar uma nova etapa de recadastramento em formulário impresso, apenas para participantes que possam ter tido dificuldades em atualizar os dados pela internet. Esse trabalho, ainda em curso, deve aumentar a taxa de adesão, a qualidade do cadastro Petros e, ao mesmo tempo, permitir que todos os participantes possam estar com suas informações corretas e atualizadas.

Também foram intensificadas as negociações para revisão do

custeio administrativo dos planos multipatrocinados. Quatro acordos foram fechados este ano e há outras 15 negociações em andamento. Em paralelo, foi desenvolvido um plano de reestruturação do custeio administrativo de todos os planos da Fundação, já enviado ao Conselho Deliberativo para análise e deliberação. A expectativa é que essa reestruturação solucione o problema histórico de insuficiência da receita do custeio administrativo.

Todo o processo de investimento está sendo revisto e normatizado

Na área de Administração e Finanças, foi reduzido o prazo de divulgação das demonstrações financeiras mensais de 60 para 15 dias após o fechamento do mês. A divulgação das demonstrações financeiras anuais passou de agosto, em 2016, para junho, neste ano. Ano que vem, deverá ocorrer em março.

Está sendo implantado o Programa de Orçamento Base Zero para rever a estrutura dos principais gastos da Fundação e adotar uma cultura de disciplina orçamentária. Este processo será facilitado pela implantação, ainda este ano, do novo software de administração financeira. Além disso, a Fundação desenvolveu o Plano de Contratação Petros, que estabelece critérios, com base nas melhores práticas, para um processo mais transparente e robusto de contratação,

aumentando a qualidade dos contratos e serviços prestados e, paralelamente, reduzindo os custos.





Canal de Denúncia

A Petros agora tem uma ferramenta específica, que garante anonimato e sigilo absolutos, para denúncias de violação de normas internas e externas, como fraude, corrupção, lavagem de dinheiro e violência no trabalho.

O Canal de Denúncia reafirma o compromisso com a ética e o aprimoramento da governança.

www.canaldedenunciapetros.com.br

0800 377 8035